

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RODRIGO MONTEIRO LÁZARO

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO “CASTEXIANO”: Sua validade diante das  
características da estratégia contemporânea *Anti-Access/Area Denial*

Rio de Janeiro

2016

CC RODRIGO MONTEIRO LÁZARO

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO “CASTEXIANO”: Sua validade diante das  
características da estratégia contemporânea *Anti-Access/Area Denial*

Trabalho apresentado à Escola de Guerra  
Naval como requisito parcial para a conclusão  
do Curso de Estado-Maior para Oficiais  
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira  
Castro Jungstedt.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

## **AGRADECIMENTO**

A minha esposa Regina e meus filhos Gustavo e Camilli pelo apoio, motivação e paciência dispensados durante a realização deste trabalho.

Ao Capitão de Mar e Guerra Alceu Oliveira Castro Jungstedt, meu orientador, pelas sugestões e intervenções extremamente profissionais, que foram de grande relevância para a confecção deste estudo.

Ao Capitão de Fragata Nagashima, pela metodologia e pelas contribuições de conteúdo e de forma que trouxeram grande suporte ao desenvolvimento da minha argumentação.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é identificar pontos de aderência da estratégia conhecida como *Anti-Access/Area Denial* (“A2/AD”), evidenciada a partir da década de 1990, ao pensamento estratégico formulado pelo Almirante francês Raoul Castex. A relevância do estudo reside na oportunidade de, a partir da leitura de conceitos estratégicos clássicos, melhor interpretarmos posturas estratégicas atuais, aprimorando a capacitação necessária à elaboração de estratégias que atinjam, eficazmente, os objetivos estabelecidos por um projeto político. Para alcançar esse propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia exploratória e dedutiva, focada na hipótese de que o pensamento estratégico clássico mostra-se como base à formulação de estratégias contemporâneas, havendo continuidades entre si. Após analisarmos as características do mencionado pensamento estratégico, corroborada pela teoria da bipolaridade, propusemo-nos a melhor compreender a estratégia “A2/AD” e quais elementos são fundamentais e suplementares para sua adoção. Ao integramos tais conteúdos, encontramos seis pontos de interseção ao nível desse estudo, permitindo-nos identificar como o emprego de novas tecnologias, direcionadas à expressão militar de um Poder Nacional, podem potencializar a aplicabilidade do pensamento estratégico clássico nos dias de hoje.

**Palavras-Chave:** Pensamento estratégico clássico. Castex. Teoria da Bipolaridade. Estratégia “A2/AD”. Pontos de aderência.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Relações entre as diferentes estratégias e as “dependências” .....	55
Figura 2 –	Modos de ação da estratégia naval para alcançar o controle dos mares .....	56
Figura 3 –	Modos de ação da estratégia naval para impor a negação do uso do mar .....	57
Figura 4 –	Capacidades “Anti acesso” e de “Negação de Área” integradas .....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 – *Anti-Access* – Antiacesso

AD – *Area Denial* – Negação de Área

CSBA – *Center for Strategic and Budgetary Assessments* – Centro para Avaliações  
Estratégicas e Orçamentárias

DoD – *Department of Defense* – Departamento de Defesa

EUA – Estados Unidos da América

JOAC – *Joint Operational Access Concept* – Conceito para Acesso Operacional Conjunto

JP – *Joint Publication* – Procedimentos para Operações Conjuntas

LCM – Linhas de Comunicações Marítimas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O PENSAMENTO ESTRATÉGICO CLÁSSICO: A CONTRIBUIÇÃO DO ALMIRANTE RAOUL CASTEX</b> .....	<b>10</b>
2.1	A vida do Almirante Castex.....	11
2.2	O desenvolvimento de uma estratégia teórica: a contribuição “Castexiana”.....	12
2.3	Estratégia geral à luz da ótica “Castexiana”.....	15
2.4	Considerações parciais.....	19
<b>3</b>	<b>A ESTRATÉGIA NAVAL “CASTEXIANA” E A TEORIA DA BIPOLARIDADE: O DOMÍNIO DO MAR E A NEGAÇÃO DO USO DO MAR</b> .....	<b>21</b>
3.1	O pensamento estratégico naval à luz da ótica do Almirante Castex.....	21
3.2	A Teoria da Bipolaridade.....	25
3.2.1	Os pressupostos da Teoria da Bipolaridade.....	25
3.2.2	A Teoria da Bipolaridade e seus elementos de interesse.....	27
3.3	Considerações parciais .....	28
<b>4</b>	<b>A ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA “A2/AD”</b> .....	<b>30</b>
4.1	Definição e propósito.....	31
4.2	Nível de emprego da estratégia “Antiaccess” .....	32
4.3	Principais características da estratégia “Antiaccess”.....	34
4.4	Considerações parciais.....	39

<b>5</b>	<b>PONTOS DE ADERÊNCIA DA ESTRATÉGIA “ANTIACESSO” NO PENSAMENTO ESTRATÉGICO “CASTEXIANO”</b> .....	<b>41</b>
5.1	Ponto de aderência no nível do pensamento estratégico integral.....	41
5.2	Pontos de aderência no nível do pensamento estratégico operacional.....	43
5.3	Considerações parciais.....	47
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, testemunhamos o crescente protagonismo do domínio marítimo em ditar o ritmo das economias mundiais, podendo interferir no cotidiano das sociedades. O comércio entre Estados possui sua via de transporte no mar, representando a existência dessas vias uma condição prévia para a globalização.

Nesse contexto, os esforços em analisar a adoção de estratégias militares envolvendo o citado domínio apresentam-se fundamentais, permitindo que compreendamos as consequências das ações conduzidas pelos Estados em tempos de crise e/ou conflito armado.

O pensamento estratégico adotado por um ator estatal encontra-se relacionado à forma pela qual serão preparados os meios e conduzidas determinadas ações, com o propósito de alcançar objetivos definidos por seu projeto político. A relevância deste trabalho evidencia-se diante da oportunidade de, à luz dos conceitos elaborados por referências teóricas clássicas, melhor interpretarmos posturas estratégicas atuais, atendendo à demanda por aprimorarmos a capacitação necessária à formulação de estratégias que atinjam, eficazmente, seus propósitos.

Motivando-nos, então, por evidenciar a validade do pensamento estratégico clássico na elaboração de estratégias contemporâneas, esse trabalho possuirá como propósito identificar eventuais pontos de aderência da estratégia conhecida como *Anti-Access/Area Denial* (“A2/AD”) ao pensamento estratégico formulado pelo Almirante francês Raoul Castex (1878-1968).

Por ser a estratégia “A2/AD” considerada contemporânea, evidenciada a partir da década de 1990, por centros de estudos localizados nos Estados Unidos da América (EUA), utilizá-la-emos neste trabalho. No que tange ao pensamento estratégico clássico, abordaremos como referência aquele elaborado por Castex, por entender que ele, ao ter sido influenciado por alguns ícones do pensamento estratégico, como o Contra-Almirante

Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e o advogado e historiador *Sir* Julian S. Corbett (1854-1922), elaborou um pensamento estratégico singular à sua época.

Para ascendermos ao objetivo enunciado deste trabalho, a seguinte questão de pesquisa se coloca: podemos afirmar que existem pontos da estratégia “A2/AD” que possam ser correlacionados com fragmentos do pensamento estratégico “Castexiano”?

Responderemos essa questão empregando a metodologia exploratória e dedutiva, fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica, apoiando-se na hipótese de que o pensamento estratégico clássico apresenta-se como um alicerce para formular estratégias contemporâneas, havendo continuidades entre si.

A apresentação da pesquisa conterà seis capítulos, incluindo a Introdução como o primeiro. No segundo capítulo, abordaremos a contribuição do Almirante Castex em desenvolver o pensamento estratégico clássico. Contextualizaremos o ambiente e a época em que ele viveu, quais pensadores o influenciaram e como ele desenvolveu sua estratégia geral.

No terceiro capítulo, discorreremos alguns conceitos da estratégia naval enunciados por Castex, sendo estudada a Teoria da Bipolaridade. Tal abordagem permitirá que tenhamos condições de melhor compreender a complexidade da estratégia naval.

No quarto capítulo, iremos nos aprofundar em certos aspectos da estratégia “A2/AD”: apresentaremos sua definição, propósito, aplicabilidade e principais características.

No quinto capítulo, pretendemos verificar se há pontos de aderência da estratégia “A2/AD” com o pensamento estratégico “Castexiano”.

No sexto e último capítulo, concluiremos a pesquisa, fazendo uma análise baseada na relação entre a hipótese apresentada e os resultados alcançados, indicando algumas linhas de investigação futura.

Passaremos, então, ao segundo capítulo, abordando aspectos do pensamento estratégico e como o Almirante Castex colaborou ao seu desenvolvimento.

## 2 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO CLÁSSICO: A CONTRIBUIÇÃO DO ALMIRANTE RAOUL CASTEX

Nesta seção, apresentaremos pontos do pensamento estratégico e a contribuição do Almirante Castex em sua formulação. Inicialmente, será necessário contextualizar a vida de Castex, a fim de melhor compreender quem o influenciou e como sua experiência de Oficial de Marinha capacitou-o a elaborar certas críticas. Em seguida, será abordada a contribuição de Castex à formulação de uma estratégia teórica, para, então, apresentarmos sua ótica sobre a estratégia geral, estabelecendo enfim, algumas considerações parciais.

O pensamento estratégico clássico e suas derivações desenvolveram-se principalmente, a partir do século XIX. Pode-se identificar, nesse período, autores como o Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan, o advogado e historiador inglês *Sir* Julian S. Corbett e o Almirante francês Raoul Castex, que contribuíram não somente para a reflexão da estratégia a nível geral, incluindo as forças de um Estado, mas principalmente para a naval.

Cada um desses autores apresentou seu pensamento estratégico em momentos distintos. O Almirante Mahan, em seu livro *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783* (1890), desenvolveu sua teoria por meio da análise de como o poder naval decidiu o destino das guerras entre Estados nos séculos XVII e XVIII, tendo como referência o domínio britânico dos mares. Corbett, a partir de registros e observações sobre como a *Royal Navy* aplicou o seu poder naval durante as Guerras Napoleônicas (1803-1815) e muito influenciado pelo pensamento de Carl Von Clausewitz (1780-1831), publicou *Some Principles of Maritime Strategy* (1911), complementando as ideias de Mahan por meio da apresentação de argumentos mais lógicos e estruturados. Já Castex, redigiu as *Théories Stratégiques* ao longo de 26 anos, representando, seu conteúdo, um amplo tratado de estratégia marítima.

Assim, os três autores mencionados, considerados influentes em suas épocas,

apresentaram, por meio das respectivas obras, teorias que buscavam demonstrar não somente a importância do poder marítimo e naval, mas também como empregá-lo com o propósito de contribuir ao atingimento de objetivos políticos. Para efeito deste estudo, apresentar-se-á como modelo julgado de interesse à pesquisa do pensamento estratégico clássico, aquele redigido pelo Almirante Castex, por assumirmos que tal modelo mostra-se rico e abrangente.

Para bem compreendermos o pensamento estratégico de Castex, far-se-á necessário contextualizar o ambiente em que viveu e suas experiências. Citaremos, a seguir, alguns detalhes de sua vida e carreira na Marinha Nacional Francesa.

## 2.1 A vida do Almirante Castex

Filho de um Oficial do Exército, Castex ingressou na carreira naval em 1896. Como Oficial, teve a oportunidade de servir na Indochina francesa, onde publicou seus primeiros artigos. Já mais tarde, em 1907, envolveu-se na renovação da Marinha Nacional Francesa, necessária após a divergência doutrinária entre o “Mahanismo” e a *Jeune École*<sup>1</sup> (WEDIN, 2015).

Durante a Grande Guerra (1914-1918), Castex, como Comandante de Navio Patrulha, deparou-se com a complexidade da luta contra os submarinos, sendo crítico quanto à manutenção das patrulhas ao longo das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), que proporcionava uma considerável dispersão de meios. Desde então, ele passou a preconizar o sistema de comboios, privilegiando, assim, a concentração de tais meios (WEDIN, 2015).

Em 1928, Castex é promovido ao posto de Contra-Almirante, quando passa a se

---

<sup>1</sup> A *Jeune École* apresenta-se contra o dogmatismo da escola histórica de Mahan, fundamentando sua análise sobre o caráter mutante do contexto internacional e, sobretudo, dos instrumentos disponíveis. Ela estima que os ensinamentos das grandes batalhas do passado tornaram-se desatualizados pelo aparecimento de novos meios, utilizados por uma força naval mais fraca, como minas, torpedos e lanchas rápidas para patrulha, que funcionariam como equalizadores do poder (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 436).

dedicar à redação das *Théories Stratégiques*, aproveitando a assunção do cargo de diretor do *Centre des Hautes Études Navales* (WEDIN, 2015).

A última comissão de Castex no serviço ativo foi no Comando da Zona Marítima do Canal da Mancha e da parte sul do Mar do Norte, em 1939. Tal zona foi considerada vital para os aliados, por ocasião da evacuação do Corpo Expedicionário britânico de Dunquerque, em junho de 1940, já no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Todavia, por questões de saúde, Castex deixou o serviço ativo ainda em 1939, dando continuidade à redação de seu principal trabalho. Ele faleceu em 1968, transmitindo-nos uma obra que, reconhecidamente, complementou as ideias de Mahan (WEDIN, 2015).

Embora Mahan tenha exercido influência sobre Castex no início de sua carreira, as experiências vividas no desenrolar da Grande Guerra e o acompanhamento do conflito seguinte, como vimos, proporcionou-lhe a oportunidade de desenvolver críticas que, somadas às ideias apresentadas por Corbett, desenvolveram um pensamento próprio. Tais críticas serão apresentadas ao longo deste trabalho.

Passaremos, então, a desenvolver alguns conceitos expostos por Castex, permitindo-nos identificar que esse pensamento próprio permanece válido, podendo ser empregado como base para pensar as estratégias contemporâneas, particularmente aquela conhecida como “A2/AD”. Para tal, será necessário apresentar como Castex contribuiu ao desenvolvimento de uma estratégia teórica em sua época.

## **2.2 O desenvolvimento de uma estratégia teórica: a contribuição “Castexiana”**

O Almirante Castex pode ser inserido em um rol de importantes pensadores estratégicos. Para entender suas teorias, faz-se necessário contextualizar o período em que viveu e identificar quais pensadores o influenciaram.

A teorização da estratégia intensificou-se ao longo do século XIX, com a contribuição de um certo número de Oficiais e civis. Dentre eles, destacam-se Alfred T. Mahan e Julian S. Corbett.

Mahan é o autor de estratégia naval mais conhecido. Sua primeira grande obra, anteriormente mencionada, obteve um sucesso colossal. A ideia fundamental de Mahan reside no fato de que o poder naval termina sempre, ao final, superando o poder terrestre. Os bloqueios e a batalha decisiva são os principais métodos da guerra naval: a missão prioritária de uma esquadra é destruir ou paralisar a esquadra adversária para garantir o domínio absoluto do mar. A partir desse domínio, poder-se-ia atacar o tráfego nas LCM ou o litoral do inimigo (MAHAN, 1949).

Já Corbett possuiu uma formação diferente de Mahan. Enquanto este foi Oficial da Marinha estadunidense, Corbett era advogado. Durante a Grande Guerra, ele foi encarregado de escrever a história oficial das operações conduzidas pela *Royal Navy*. Assim como Mahan, Corbett foi influenciado por Antoine-Henri Jomini (1779-1869), estrategista militar que participou das Guerras Napoleônicas. Porém, diferentemente de Mahan, Corbett envolveu-se bastante com as ideias de Clausewitz, frequentemente abordadas em seus textos.

A obra mais conhecida de Corbett, igualmente já citada, apresenta as seguintes contribuições: a compreensão de que o tráfego das comunicações marítimas adversário representa o objetivo fundamental das operações navais, e não a esquadra inimiga, conforme pregado por Mahan; a concepção de um controle relativo do mar, contrário ao conceito de domínio absoluto de Mahan; e que o resultado de um conflito não poderia ser determinado unicamente pela guerra no mar, insistindo na interdependência entre a estratégia marítima e a terrestre, em atendimento aos objetivos estabelecidos pelo nível político (CORBETT, 1986).

Após ter apresentado, de forma resumida, alguns aspectos das obras dos autores que mais influenciaram Castex, é preciso verificar como ele os interpretou, contextualizando

sua época.

Na França, a partir do início do século XX, o “Mahanismo” passa a obter alguma vantagem em detrimento da *Jeune École*. Ao longo dos anos de 1880 e 1890, esta havia insistido no papel das canhoneiras e torpedeiros, navios pequenos que possuíam a função de conduzir a defesa do litoral francês, em detrimento da busca pela batalha decisiva frente a uma *Royal Navy* muito superior em tonelagem. Por ter investido em inovações tecnológicas, à época, a *Jeune École* ficou conhecida como escola material. Em oposição, há a escola histórica, que buscou formular seus argumentos sobre o estudo do passado, a fim de evidenciar a existência de constantes estratégicas, tendo sido Mahan seu principal representante (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Castex foi bastante influenciado por Mahan. Essa influência é percebida nos primeiros tomos das *Théories Stratégiques*, na qual ele apresenta Mahan como o criador da estratégia sobre o mar, apreciando a forma como Mahan descrevia as operações navais, colocando em evidência o papel preponderante da Força Organizada, da esquadra, nas operações marítimas, indicando como objetivo principal a sua destruição, algo prioritário sobre a conquista de territórios ou ataque ao comércio marítimo oponente (WEDIN, 2015).

Castex ficou bastante impressionado com Corbett, apreciando igualmente suas ideias. O caráter pragmático da obra de Corbett chama a atenção de Castex de forma positiva, fazendo-o romper com o modelo “Mahaniano”, segundo o qual o domínio do mar deveria ser obtido por meio da batalha decisiva entre as Forças Organizadas. Ademais, pode-se afirmar que a influência de Clausewitz na formulação do pensamento de Corbett contribuiu sobremaneira ao mencionado rompimento, diante da admiração que Castex possuía pelo General prussiano (WEDIN, 2015).

Assim, pode-se afirmar que Castex, ao romper com os dogmas enunciados por Mahan, por meio de uma releitura crítica, passa a relativizar o modelo da batalha,

acrescentando elementos ao desenvolver sua estratégia teórica. Ele foi o primeiro a fazer tal trabalho, elaborando-o em três tempos, assim apresentados (CASTEX, 1997):

a) As missões da Força Organizada não se resumem unicamente na busca da batalha. A guerra naval não representa algo isolado. Ela integra as missões que lhe são atribuídas no contexto de um quadro estratégico mais amplo;

b) Não é sempre necessário provocar a batalha. O encontro com a esquadra inimiga na imensidão do oceano apresenta-se, normalmente, infrutífera. Castex recomenda a “caça de emboscada”, em pontos focais, em detrimento à “caça em perseguição”; e

c) A batalha não produz sempre os efeitos decisivos. Uma vitória tática pode se fazer acompanhar de um fracasso estratégico enorme.

Assim, percebe-se que o pensamento de Castex sofreu mudanças com a redação de sua obra. Entre os tomos iniciais e o último passaram-se 26 anos. O jovem Castex, adepto de Mahan, considerava que o primeiro objetivo a ser obtido era enfraquecer a Força Organizada adversa. Com o passar do tempo, seu raciocínio aproximou-se dos conceitos mais elaborados e estruturados de Corbett, tornando Castex mais “Corbettiano” do que “Mahaniano”, algo materializado nas críticas anteriormente mencionadas.

A compreensão e a aplicação da abordagem estabelecida por Castex, por meio de seus conceitos acerca da estratégia geral, permitirá analisarmos a partir de então, a validade de algumas das suas ideias nos dias de hoje.

### **2.3 Estratégia geral à luz da ótica “Castexiana”**

Castex, em suas *Théories Stratégiques*, buscou aprimorar mais o desenvolvimento e a aplicação da estratégia do que suas definições. Percebe-se que ele busca confrontar suas ideias com a realidade, em uma época que carecia de abordagens mais pragmáticas do que

dogmáticas, diante das questões ainda latentes da *Jeune École* (WEDIN, 2015).

Antes de descrevermos a abordagem “Castexiana” da estratégia geral, é preciso apresentar o entendimento dele quanto à permanência da estratégia. Para Castex, a estratégia não permanecia imóvel. Ela evoluía com o tempo. Os procedimentos estratégicos dependem do material, da época e do ambiente. Não se pode depreender que uma estratégia antiga será totalmente válida nos dias de hoje e no amanhã. Os novos instrumentos que surgiram a partir da Grande Guerra, como o submarino e o avião, provocaram por exemplo, a necessidade de repensar a estratégia, demonstrando que a mesma deveria ser julgada permanentemente, mesmo em tempo de paz, segundo Castex. Para ele, esse entendimento remonta à necessidade de envolver os preparativos para um eventual conflito armado (CASTEX, 1997).

Castex adquiriu, ao longo da elaboração de sua obra, uma nítida visão acerca da importância que a terra depreende sobre as ações militares, já que ela representa o *habitat* das pessoas. O oceano apresenta-se como o caminho que une as terras. O poder do mar mostra-se significativo na razão em que contribuiu para a vitória em terra. Castex reconheceu a necessidade de estabelecer uma coordenação entre as estratégias marítima e terrestre (CASTEX, 1997).

Ele percebeu ainda, que havia outras dimensões influentes na guerra, como a econômica, diplomática e moral. Assim, a estratégia geral deveria possuir um conceito amplo, sendo ela para Castex, a partir de então, como a arte de conduzir em tempo de paz e de guerra todas as forças e meios de luta de um Estado. Tal conceituação de estratégia geral mostra-se ligada à política, já que ela é quem dirige a nação (CASTEX, 1997).

Surge para Castex, a necessidade de encontrar uma forma de coordenar as mencionadas dimensões inseridas no contexto da estratégia geral. Para ele, esta estratégia geral seria composta por estratégias particulares, representadas pelas estratégias política, diplomática, terrestre, marítima (onde encontra-se inserida a estratégia naval), econômica,

financeira e estratégia moral (CASTEX, 1997).

Como então coordenar tais estratégias horizontalmente? Castex apresentou o conceito das “dependências” como forma de efetuar tal coordenação.

Pode-se observar inicialmente, que a coordenação dessas estratégias particulares, no seio da estratégia geral, ocorre no nível político. Para Castex, cada representante das estratégias particulares possui exigências que afetam as demais estratégias. Ou seja, as “dependências” apresentam-se como obrigações estranhas ao campo de ação normal de uma estratégia, mas que merecem uma consideração (CASTEX, 1997).

A partir do conceito das “dependências”, Castex ressalta que a estratégia marítima<sup>2</sup> encontra-se, mais do que outras estratégias, envolvida quase que permanentemente com “dependências”. Por que razão? Para ele, devido ao fato de a Marinha estar consideravelmente envolvida com a sobrevivência geral de um Estado, diante da sujeição da economia ao comércio entre países, algo dependente do tráfego das LCM (CASTEX, 1997).

A FIG. 1 demonstra como pesam “dependências” importantes sobre a estratégia marítima, diferenciando-a das demais estratégias militares.

Podemos observar que a estratégia marítima possui certas “dependências”, destacando-se as demandas das estratégias econômica e diplomática a ela. Em contrapartida, a estratégia marítima demanda à estratégia industrial forte dependência, diante da necessidade de contar com a produção de bens e serviços que permitam o fornecimento e a manutenção de navios, aeronaves e armamentos. Ademais, percebe-se que há, igualmente, “dependências” recíprocas envolvendo a estratégia marítima e as congêneres militares (WENDIN, 2015).

Para Castex, a existência das citadas “dependências” entre as estratégias

---

<sup>2</sup> Castex insistia na necessidade de uma estratégia geral que coordenasse as estratégias naval e terrestre. Ele utiliza, inicialmente, o entendimento “Corbettiano” da estratégia marítima, que envolve a definição do poder marítimo como sendo composto não somente pelo poder naval, mas também aéreo e terrestre destinados à defesa costeira. Atualmente, tal abordagem exclui os mencionados poder aéreo e terrestre, incluindo os navios mercantes, barcos de pesca e todos os meios que participam da exploração de riquezas do mar (WEDIN, 2015, p. 93).

particulares representa algo negativo, a partir do momento em que elas não permitem o desenvolvimento integral de determinada doutrina teórica, podendo alterar a cronologia das operações elaborada durante seus respectivos planejamentos (CASTEX, 1997).

Ao descrevermos as mencionadas características da estratégia geral de Castex, notamos que se faz necessário estabelecer uma reflexão estratégica contínua. A dinâmica evolução da técnica e do material e a necessidade que envolve a preparação para um eventual conflito armado fundamentam a permanência do pensamento estratégico para Castex.

Formando o conceito de que, em tempo de paz e na guerra, a estratégia geral conduz todas as forças e meios de luta de uma nação, Castex sublinha a influência de outras dimensões, enquadradas por ele como representantes de estratégias particulares: a política, a marítima, a terrestre, a econômica, a financeira e a moral. Debruçando sobre como coordená-las, em proveito da estratégia geral, o Almirante elabora o conceito das “dependências”.

Nesse conceito, destaca-se a influência da estratégia marítima diante das demais estratégias particulares, permitindo-nos identificar a importância do domínio marítimo. Pela sua dimensão, provavelmente será a partir desse domínio que forças militares efetuarão seus esforços em influenciar outros Estados. A exploração bem coordenada desse domínio, ou seja, a aplicação de uma adequada estratégia marítima corroborada por efeitos favoráveis, provocados pelas “dependências” existentes entre as estratégias, pode trazer vantagens.

A “dependência” entre a estratégia marítima e a estratégia diplomática representa um exemplo de como sua exploração pode ser vantajosa, em situações adversas de crise ou conflito armado. Com o acesso à informação tornando-se cada vez mais democratizado, impactos provocados por considerações diplomáticas podem desgastar a imagem de Estados, diante da forte repercussão na opinião pública internacional. Considerações dessa natureza poderão influenciar a tomada de decisões do nível político.

À luz, então, das experiências obtidas por Castex ao longo de sua carreira e das

influências de Mahan e Corbett, que permitiram ao Almirante francês elaborar um pensamento estratégico singular em sua época, façamos algumas considerações parciais.

## 2.4 Considerações parciais

Propusemo-nos nessa seção, a estudar as características do pensamento estratégico de Castex, contextualizando sua vida e como ele contribuiu ao desenvolvimento da estratégia teórica, além de sua análise acerca da estratégia geral.

Vimos que o século XIX testemunhou o início de um pensamento estratégico clássico mais bem elaborado. Estrategistas como Mahan, Corbett e Castex apresentaram conceitos que influenciaram a utilização do poder marítimo em proveito dos interesses de um Estado.

Escolhemos, como referência para este estudo, o pensamento estratégico do Almirante Castex. As experiências vividas no avançar das duas guerras mundiais e no insucesso da *Jeune École*, permitiram-no elaborar uma visão própria.

Embora tenha sido influenciado inicialmente pelas ideias de Mahan, Castex elabora algumas críticas a elas, principalmente no que diz respeito às missões da Força Organizada não se resumirem à busca da batalha no mar; que nem sempre é necessário provocar tal batalha; e que a mesma pode não produzir efeitos decisivos. Assim, Castex percebeu que poderiam haver outros compromissos que demandariam o emprego da Força Organizada antes da ocorrência da batalha, como operações de ataque ou defesa do litoral e do tráfego nas LCM. Contudo, Castex deixa evidente que se deve manter a atenção sobre a força naval adversária, não a negligenciando.

Baseando-se nessas críticas, Castex elabora seu pensamento acerca da estratégia geral. Por conta dos acontecimentos que envolveram a Grande Guerra, ele enxerga que a

estratégia marítima precisa vincular-se com a estratégia terrestre, pois é em terra que guerras são decididas. Castex formula então, o conceito de uma estratégia geral permanente, englobando a marítima e a terrestre, em busca da unidade a ser adotada durante um conflito armado.

Porém, não são apenas nesses campos que se dão os conflitos na guerra. Castex nos apresenta a necessidade de entender a estratégia geral como algo mais amplo, envolvendo as estratégias particulares econômica, diplomática e moral, dentre outras. Ele conceitua a estratégia geral como a arte de conduzir, na paz e na guerra, todas as forças e meios de luta de um Estado.

Para coordenar todas essas estratégias particulares, Castex, ao perceber que há “dependências” entre elas, enuncia que tais “dependências” devem ser exploradas para que seja imposto ao adversário um desgaste, em todos os campos de cada uma dessas estratégias particulares, fazendo-o desistir de buscar seus objetivos políticos. Nesse aspecto, Castex apresentou a estratégia marítima (que incluía a naval, a terrestre e a aérea a serem empregadas para uma defesa de costa) como sendo aquela que maior peso possui para causar impactos nas demais, valorizando a importância do domínio marítimo.

Em que pese as “dependências” mostrarem-se como obrigações estranhas à ação normal da estratégia, não permitindo colocar em prática, integralmente, uma doutrina, aquelas existentes entre a estratégia marítima e a economia de um estado, e também entre a estratégia diplomática, revelam exemplos de como o poder marítimo pode ser decisivo, em situações de crise ou de conflito armado, causando desgastes na campanha adversária.

Por fim, ao analisar algumas características do pensamento estratégico “Castexiano”, em sua concepção geral, faz-se necessário a partir de então, abordar qual a expressão da estratégia naval na mencionada concepção, sob ponto de vista do Almirante francês.

### **3 A ESTRATÉGIA NAVAL “CASTEXIANA” E A TEORIA DA BIPOLARIDADE: O DOMÍNIO DO MAR E A NEGAÇÃO DO USO DO MAR**

Na seção anterior, abordamos as características do pensamento estratégico geral “Castexiano”. Nesta seção, apresentaremos sob a ótica do Almirante francês, alguns conceitos da estratégia naval: seu propósito, objetivos e modos de ação para alcançá-los. Na sequência, abordaremos a Teoria da Bipolaridade, que nos permitirá melhor compreender a complexidade da estratégia naval. Analisaremos os pressupostos da mencionada teoria, seus elementos de interesse, estabelecendo por fim, algumas considerações parciais.

#### **3.1 O pensamento estratégico naval à luz da ótica do Almirante Castex**

A partir desse ponto, abordaremos os conceitos de Castex referentes à estratégia naval. Ele conceitua seu propósito como sendo o de criar, favorecer e aumentar, durante a paz ou a guerra, o poder marítimo de um país (CASTEX, 1997).

Começemos então, com o seguinte questionamento: qual era o objetivo da estratégia naval para Castex? O objetivo principal para ele era obter e conservar o controle das comunicações essenciais de superfície, o que Castex correlacionou inicialmente, a obter o controle do mar. Ele entretanto apresentou, no decorrer de sua obra, uma maior preferência pelo termo “controle das comunicações” do que “controle do mar” (COUTAU-BÉGARIE, 1988). Assim, utilizaremos a expressão controle das comunicações neste trabalho.

Para alcançar o objetivo da estratégia naval, Castex descreve de modo significativo a influência da geografia sobre as referidas comunicações marítimas, ao afirmar que as características de um litoral poderiam servir ao partido que se encontrava na defensiva, não somente para proteger suas comunicações costeiras, mas também dificultando os ataques

contra seu território. Especial atenção ele apresentou à existência de ilhas no litoral, pois as mesmas, ao pertencer ao defensor, representavam excelentes posições ao abrigo das quais o tráfego marítimo costeiro poderia navegar em melhores condições de segurança (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

Diante então do conceito e do objetivo da estratégia naval “Castexiana” apresentados, além da influência da geografia na implementação da estratégia naval, de que formas sob a ótica de Castex, poder-se-ia realizar o controle das comunicações? Responderemos registrando que, para Castex esse controle representava algo local, temporário e condicionado.

Castex apresentou os seguintes modos de ação, que se complementam, para alcançar e explorar o mencionado controle das comunicações, conhecidos como o “tríptico de Castex”: a partir do combate entre Forças Organizadas; o ataque e a defesa das comunicações; e pela ação do mar sobre a terra (WEDIN, 2015). Descrevê-los-emos então.

O combate entre Forças Organizadas pode ser representado pela complementaridade envolvendo a clássica batalha entre esquadras; o bloqueio, a fim de evitar que as Forças Organizadas se façam ao mar, limitando sua liberdade de navegação; e no emprego da chamada “Esquadra em Potência”<sup>3</sup> em conjunto com ações ofensivas de menor vulto (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

No que tange ao tráfego marítimo das LCM, o mesmo representa a sobrevivência econômica do Estado, não suportando ausências quaisquer. Para sua proteção direta, Castex inclui ações como a busca ofensiva aos corsários e o ataque às suas bases (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

<sup>3</sup> Teoria sistematizada pelo Almirante Philip Colomb (1831-1889), partindo do princípio que uma esquadra inativa valia mais do que uma esquadra afundada, diante da desproporção de forças onde o partido mais fraco teria pouca possibilidade de agir com proveito. A simples presença dessa esquadra representaria no campo político, um instrumento de poder a ser levado em conta em um acordo final. No campo militar, uma ameaça, limitando a liberdade de ação do mais forte (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 462).

Por fim, o terceiro modo de ação complementar, voltado para a exploração do controle das comunicações, reúne as ações do mar sobre a terra. Castex distinguiu três modos para o poder naval influenciar os acontecimentos em terra: a partir do estabelecimento de pontos de apoio, explorando as características geográficas de uma rede insular ou de um “dispositivo oceânico”; pela implementação de bloqueios; e pela realização de operações conjuntas (COUTAU-BÉGARIE, 1988). Vamos, na sequência, discriminá-los.

O estabelecimento de pontos de apoio baseados em uma rede de ilhas ou em um “dispositivo oceânico” materializa a importância que Castex atribuía à geografia em seu pensamento estratégico naval. Quando faz menção à posse de uma rede de ilhas, ele considera a flexibilidade de prover, a partir delas, apoio às Forças Organizadas, para que as mesmas tivessem condições de projetar forças sobre a terra adversária (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

Porém, com o aumento do alcance dos armamentos, a partir da Grande Guerra, Castex percebe que tais posições ficaram vulneráveis, sendo necessário posicioná-las em locais distantes, formando o “dispositivo oceânico”: ilhas mais afastadas que permitissem simultaneamente manter a segurança contra ataques da aviação adversária, deslocar forças objetivando projetá-las em áreas de interesse e, adicionalmente, proporcionar sua própria defesa em profundidade (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

O próximo modo de ação refere-se às operações de bloqueio inseridas na categoria de ação do mar sobre a terra. Castex aqui considera o bloqueio comercial, influenciando negativamente o esforço logístico da estratégia econômica oponente. Tal bloqueio será obtido pela uso de minas, submarinos e navios de superfície. Todavia, Castex ressalta que o bloqueio, embora cause severas restrições ao esforço logístico adversário, mostra-se insuficiente para causar impactos decisivos. Ele deve ser complementado por uma estratégia que permita um maior impacto sobre a terra (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

Chegamos ao terceiro modo de ação: as ações do mar sobre a terra. Nele inserem-

se as operações conjuntas<sup>4</sup>. Para Castex, o controle das comunicações marítimas, por mais ofensivos que sejam, representam em uma visão estratégica, atos defensivos diante da guerra geral. Para ocorrer uma ruptura do equilíbrio dessa guerra geral, faz-se necessário que o poder naval participe da batalha em terra, unindo-se ao poder terrestre. A possibilidade de executar operações conjuntas, envolvendo operações anfíbias<sup>5</sup>, permitiu ao poder naval atingir tal propósito (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

Desta forma, com a obtenção do controle das comunicações, por meio dos modos de ação do “tríptico de Castex”, a estratégia naval contribuirá com os fins da guerra, fazendo-se necessário criar, manter e explorar uma situação que forneça o uso do mar para alcançar os propósitos considerados. Tal situação deverá privar o inimigo da mesma vantagem.

Para isso, notamos a necessidade do emprego complementar desses modos de ação, ou seja, a estratégia naval dos partidos envolvidos esquematizará as condições para atender a uma batalha entre Forças Organizadas que coexistirá com a defesa do tráfego nas LCM.

Assim, ao analisar as citadas características da expressão do pensamento estratégico naval “Castexiano”, faz-se necessário sublinhar uma das observações por ele apresentada: a complementariedade acerca do combate entre Forças Organizadas e o ataque e defesa ao tráfego das LCM. Para Castex, com a atuação dos submarinos e da aviação na Grande Guerra, ficou nítido como que tais modos de ação, visando à conquista do controle das comunicações, deveriam ocorrer simultaneamente. Castex nos apresentou os fundamentos de uma teoria que balizará o esforço de identificação dos pontos de validade de seu pensamento na estratégia “A2/AD”: a Teoria da Bipolaridade, a seguir mencionada.

<sup>4</sup> Coutau-Bégarie (2010) emprega o mesmo conceito de Operações Conjuntas descrito no Glossário das Forças Armadas: operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (BRASIL, 2015, p. 190).

<sup>5</sup> Operação de Guerra Naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia sobre litoral hostil, ou potencialmente hostil ou permissivo, com o propósito de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2015, p. 189).

## 3.2 A Teoria da Bipolaridade

Conforme descrevemos, a partir da utilização da aviação e dos submarinos na Grande Guerra, Castex elabora uma teoria constatando que, com o uso dos novos meios, haveria paralelamente à guerra entre as Forças Organizadas, a guerra das comunicações.

Castex translada para o mar, desta maneira, uma diferenciação de modos de atuação, partindo de dois tipos de guerra distinguidos por Clausewitz: uma envolvendo a estratégia de aniquilamento<sup>6</sup> e outra a estratégia de desgaste<sup>7</sup>. Esta é a principal originalidade de Castex, a respeito de Mahan e de seus sucessores imediatos que retinham na batalha a razão de ser da estratégia marítima: Castex propõe uma estratégia bipolar. Tal inovação foi essencial, permitindo um melhor entendimento da guerra naval em toda a sua complexidade.

Abordaremos, então, os pressupostos da mencionada teoria, a fim de melhor compreendê-la.

### 3.2.1 Os pressupostos da Teoria da Bipolaridade

Castex compreendeu que, por trás da dialética do torpedo e do canhão, haviam escolas metodológicas que desenvolveram o pensamento estratégico. Tais escolas foram denominadas de escola material e escola histórica. A escola material buscava atender à exigência de uma nova estratégia diante dos avanços tecnológicos que surgiram no século XIX, como o vapor e o torpedo, chamando a atenção para os procedimentos e meios disponíveis. Já a escola histórica formulava sua estratégia por meio de princípios que

<sup>6</sup> A estratégia de aniquilamento refere-se àquela voltada para a completa destruição de um exército inimigo, por meio da batalha clássica (ARON, 1976, p. 122).

<sup>7</sup> A estratégia de desgaste refere-se àquela que explora a manobra, que aguarda o posicionamento oportuno de um exército, visando desferir um golpe sem que haja o enorme derramamento de sangue da batalha clássica (ARON, 1976, p. 126).

representavam ideias gerais de valor tido como universal, como a ofensiva, a manobra, a concentração e a busca do inimigo. Tais princípios foram identificados em batalhas navais da história, dando o nome ao método (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Castex, desta forma, ao reconhecer a dualidade entre as mencionadas escolas, tenta a fusão das mesmas, o que lhe permite substituir o enfoque unilateral de seus antecessores por uma visão dualista da guerra naval: a guerra entre Forças Organizadas, antiga guerra de esquadras (elemento central do método histórico), coexistindo com a guerra das comunicações marítimas, limitada anteriormente à guerra de corso (elemento central do método material da *Jeune École*) (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Tal enfoque é corroborado pela participação do avião e do submarino nos conflitos armados. A Segunda Guerra Mundial mostrou que a guerra submarina não representava uma repetição da guerra de corso tradicional, a partir de um novo meio. A tática de matilhas do Almirante Doenitz (1891-1980), Comandante da Força de Submarinos e, posteriormente, da Marinha de Guerra alemã no mencionado conflito, não foi conduzida por corsários isolados, lançados contra o tráfego marítimo: eram esquadras submarinas coordenadas e comandadas por um Estado-Maior em terra (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Assim, Castex ao reconhecer o surgimento de uma forma de guerra diferente, coexistindo com a guerra entre Forças Organizadas, permite que a estratégia naval seja distinguida por ser bipolar. Bernard Brodie (1910-1978), um estrategista militar estadunidense, possuiu o mérito de, ao perceber o vulto da transformação descrita por Castex, estabelecer a dissociação entre o controle do mar e a negação do uso do mar:

Quando é praticada em grande escala e com toda a persistência possível por submarinos em grande número [...] esta forma de estratégia pode trazer tal quantidade de sucessos, que pode dar àqueles que a praticam ao menos os benefícios negativos ordinariamente associados com o domínio do mar. Torna-se evidente que um bloqueio de superfície [...] podia agora ser contrabalançado por qualquer coisa semelhante a um contrabloqueio [...] a decisão no mar podia não ser ganha pelo beligerante, Senhor da Marinha mais poderosa, mas por aquele que fosse o menos sensível à interrupção das linhas de comunicações marítimas. O domínio do mar tornou-se em certo sentido divisível [...] entre o domínio da superfície e o domínio

submarino do mar (BRODIE, 1947, citado por COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 468).

Esse “domínio submarino” do mar, enunciado por Brodie, materializou a negação de seu uso, dissociando-se do conceito de controle da superfície ou do mar.

A partir de então, ao compreender os pressupostos da Teoria da Bipolaridade, apresentaremos seus elementos de interesse e como contribuirão ao propósito deste trabalho.

### **3.2.2 A Teoria da Bipolaridade e seus elementos de interesse**

Ao constatar que a guerra das comunicações contemporânea não se limita mais à guerra de curso tradicional, não podemos considerá-la apenas como uma modalidade secundária da guerra naval. A guerra das comunicações desenvolveu-se independentemente da guerra entre Forças Organizadas, contribuindo para o alcance de resultados decisivos. Ela não garantirá o controle do mar, mas conduzirá a uma negação de seu uso à força adversária (COUTEAU-BÉGARIE, 2010).

Verificamos que a aquisição do controle do mar pela força naval dominante não lhe garantirá, como no passado, a liberdade de seu uso. Ou seja, aquele que exerce o controle do mar deparar-se-á com uma guerra das comunicações que não será pacificada por meio do enfrentamento com a Força Organizada adversária, mas que resultará em uma guerra de desgaste contra um inimigo submarino possuidor da iniciativa em escolher o momento e o local de ataque. O verdadeiro controle do mar será alcançado com o cumprimento desta dupla exigência mencionada: ofensiva em uma instância e defensiva em outra. A opção adotada pelo partido mais fraco, voltada para a guerra das comunicações, compreende o que passou a se denominar como estratégia alternativa (COUTEAU-BÉGARIE, 2010).

Desta forma, constatamos que a guerra naval passou a depender de uma postura

defensiva, tão importante quanto à ofensiva, permitindo à força naval obter e manter o controle do mar, utilizando-o para alcançar fins estabelecidos. Essa postura defensiva se fará necessária diante dos esforços do partido adversário em negar a exploração da liberdade do uso do mar pelo oponente, objetivando impedir que tais fins estabelecidos sejam alcançados.

Os modos de ação para a obtenção do controle do mar (FIG.1) e para a negação de uso (FIG.2) passam a ser adotados pelos partidos adversários simultaneamente no teatro de operações, ilustrando a mencionada bipolaridade.

Após distinguirmos, enfim, os elementos de interesse da Teoria da Bipolaridade, quais sejam: os modos de ação relacionados à escolha de uma estratégia naval, compreendidos pelos esforços em obter o controle do mar e a negação de seu uso, estabeleceremos algumas considerações parciais.

### **3.3 Considerações parciais**

Propusemo-nos nessa seção, a estudar as características do pensamento estratégico naval do Almirante Castex, acerca de seu propósito, objetivos e modos de ação para obtê-los. Na sequência, identificamos os pressupostos e os elementos de interesse da Teoria da Bipolaridade. Construiremos, então, algumas considerações parciais.

Quanto ao propósito da estratégia naval, Castex nos apresenta como sendo o de criar, favorecer e aumentar, em tempo de paz e de guerra, o poder marítimo de um Estado. Ele entende como sendo o tráfego nas LCM o objetivo principal da estratégia naval. O controle do mar, ou das comunicações marítimas, como prefere Castex, é influenciado pelas características geográficas do teatro de operações. Tais características, segundo ele, poderiam ser decisivas ao partido que se encontrasse na defensiva, buscando proteger não somente o mencionado tráfego nas LCM, mas também seus litorais de uma eventual projeção de forças

opponentes.

Para obter o controle das comunicações, apresentamos o “tríptico de Castex”: a luta entre as Forças Organizadas, compreendendo a batalha entre esquadras, o bloqueio ou a postura de uma “Esquadra em Potência” que realize ofensivas de pequeno vulto; o ataque e defesa ao tráfego nas LCM, opção a ser escolhida por um Estado que não dispusesse de meios navais com superioridade de poder combatente, incluindo a busca ofensiva aos corsários ou um ataque direto às suas bases, antes que estes venham a agir; e a condução de ações, a partir do mar, capazes de influenciar acontecimentos em terra, decidindo os destinos de um conflito armado. Este feito poderia ser obtido por meio do estabelecimento de pontos de apoio baseados em uma rede insular, seja ela próxima da área de interesse ou mais afastada (“dispositivo oceânico”); pela implementação de bloqueios comerciais utilizando minas e submarinos; ou ainda pela execução de operações conjuntas, incluindo as operações anfíbias.

Vimos na sequência que a participação do submarino e do avião em conflitos armados materializou a proposta “Castexiana” de uma estratégia bipolar, a partir da qual os esforços empregados à guerra entre Forças Organizadas deveriam ser acompanhados daqueles destinados à guerra das comunicações marítimas. Ou seja, a guerra das comunicações passaria a se desenvolver independentemente da guerra entre Forças Organizadas. Os modos de ação da guerra naval passaram a ser inseridos na mencionada bipolaridade, a partir da busca pelo controle do mar ou da negação do uso do mar, representando a última, uma opção de estratégia naval a ser adotada por um partido mais fraco.

Propusemo-nos a apresentar, nesta seção de texto, o pensamento estratégico naval “Castexiano” e a Teoria da Bipolaridade, reconhecendo seus pressupostos e elementos de interesse. A distribuição dos modos de ação da guerra naval relacionar-se-ão, então, com o controle do mar ou com a negação do uso do mar. A seguir, com o intuito de dar continuidade ao propósito deste estudo, enumeraremos algumas características da estratégia “A2/AD”.

#### 4 A ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA “A2/AD”

Na seção anterior abordamos o pensamento estratégico naval “Castexiano” e a Teoria da Bipolaridade, permitindo-nos melhor compreender a complexidade da estratégia naval. Tal teoria nos auxiliará a identificar eventuais pontos de aderência da estratégia “A2/AD” ao pensamento estratégico de Castex.

Nesta seção, será apresentada a estratégia “A2/AD”, por meio da descrição de sua definição, propósito, sua aplicabilidade diante dos esforços de um Estado para implementá-la e principais características, estabelecendo por fim, algumas considerações parciais.

Como vimos, Castex nos mostra que o pensamento estratégico não representa algo imutável, que dispense acompanhamento ou análise. Conseqüentemente, diante do estabelecimento de objetivos pelo projeto político de um Estado, faz-se necessário analisar, elaborar e implementar, continuamente, alterações nas ações previstas em um pensamento estratégico, a fim de tornar eficaz o emprego do poder para a obtenção desses objetivos.

Neste contexto, as análises efetuadas por ocasião do término de recentes conflitos armados continuam a nos fornecer lições aprendidas, permitindo-nos identificar a adoção de estratégias contemporâneas. O período que se sucedeu à Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), apresentou-nos uma Revolução em Assuntos Militares<sup>8</sup>, tornando pública a adoção de novos conceitos sobre como conduzir a guerra, diante dos avanços tecnológicos empregados pelas Forças Armadas estadunidenses. Alguns centros de estudos, como o *Center for Strategic and Budgetary Assessments*<sup>9</sup> (CSBA), alertaram sobre a implementação de uma estratégia

<sup>8</sup> Em 1993, após o sucesso das novas tecnologias sobre as forças convencionais de Saddam Hussein na Primeira Guerra do Golfo, o analista de defesa estadunidense Andrew Marshall cunhou o termo “Revolução em Assuntos Militares” para descrever as transformações desencadeadas pelas novas tecnologias de informação sobre a tática, doutrinas e estrutura das forças armadas (THOMPSOM, 2011, p. 85).

<sup>9</sup> Trata-se de um instituto de pesquisa independente e sem fins lucrativos, voltado para a produção de pensamento acerca da estratégia de segurança nacional estadunidense, planejamento de defesa e opções para investimentos na área militar no século XXI. Disponível em: <<http://csbaonline.org>>. Acesso em 16 jul. 2016.

definida por “A2/AD”, estimulando o debate. Então, propomo-nos a detalhá-la, sendo necessário registrar que a perspectiva para a análise dessa estratégia baseou-se no ponto de vista estadunidense desenvolvido sobre o assunto.

#### 4.1 Definição e propósito

Como mencionamos, após o conflito entre o Iraque e a Coalizão formada para combatê-lo, em 1991, alguns centros de estudos militares passaram a apresentar o conceito da estratégia “A2/AD” como algo independente, inserido na análise da Revolução em Assuntos Militares (TANGREDI, 2013). Em 2003, o CSBA produziu um estudo denominado *Meeting the Anti-Access and Area Denial Challenge*<sup>10</sup>, explicando que uma estratégia “A2/AD” busca

[...] prevenir a entrada de forças estrategicamente superiores em um teatro de operações, ao passo que operações de negação de área têm como objetivo negar a liberdade de ação dessas forças em áreas mais restritas que estejam sob controle do inimigo, sendo que essas operações incluirão ações conduzidas pelo adversário no ar, na terra, no mar e abaixo deste, impedindo, dessa forma, as operações das forças conjuntas dentro de seu espaço defendido (KREPINEVICH *et al.*, 2003, p. ii, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Assim, a expressão *Anti-Access/Area Denial* passou a constar nos manuais militares estadunidenses. Em 2012, o Ministério da Defesa daquele país ratificou o documento *Joint Operational Access Concept*<sup>12</sup>, apresentando o propósito do “A2/AD” da seguinte forma: *Anti-Access* referindo-se às ações e capacidades, notadamente de longo alcance, desenvolvidas para prevenir a entrada de uma força oponente em uma área de operações. *Area Denial* referindo-se às ações e capacidades, normalmente de alcance mais curto, desenvolvidas não para manter uma força fora de uma área, mas para limitar sua

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.csbaonline.org/4Publications/PubLibrary/R.20030520.Meeting\\_the\\_Anti-A/R.20030520.Meeting\\_the\\_Anti-A.pdf](http://www.csbaonline.org/4Publications/PubLibrary/R.20030520.Meeting_the_Anti-A/R.20030520.Meeting_the_Anti-A.pdf)>. Acesso em 16 jul. 2016.

<sup>11</sup> Original em inglês.

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan\\_2012\\_Signed.pdf](http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan_2012_Signed.pdf)>. Acesso em 16 jul. 2016.

capacidade de ação dentro de uma área de operações (FIG. 4) (EUA, 2012).

A revisão do manual *Joint Publication* (JP) 1-02 (dicionário de termos militares do Ministério da Defesa estadunidense) incluiu o acrônimo “A2/AD”, representando a mencionada expressão (EUA, 2016).

Compreendemos assim, que uma campanha “A2/AD” terá como propósito garantir que a força adversária de capacidade superior seja mantida afastada de uma área de interesse, até que o tempo de permanência e o desgaste causem uma ruptura na determinação dessa força superior em obter o acesso à citada área. Essa campanha prevê ações que limitem a capacidade operacional de forças dentro de tais áreas, caso o acesso seja alcançado. Ou seja, o objetivo da força estrategicamente inferior não é alcançar, por meio de uma estratégia “A2/AD”, uma vitória em um conflito regular. Tal objetivo caracteriza-se, pelo contrário, em evitar o confronto direto na área em questão.

Embora percebamos que há diferenças no nível tático entre uma postura *Anti-Access* e *Area Denial*, generalizaremos a referência à mencionada estratégia como “Antiacesso” e a oposição ao seu emprego como “Contra-Antiacesso”, já que, para efeito desse trabalho, optamos por uma análise que articula níveis mais elevados do pensamento estratégico. Em que pese entendermos que tal abordagem não comprometerá definições conceituais, elaborar-se-ão observações específicas, quando necessário.

De posse então da sua definição e propósito, descreveremos o nível de atuação da estratégia “Antiacesso” e os elementos que a singularizam, para melhor compreendê-la.

## **4.2 Nível de emprego da estratégia “Antiacesso”**

Antes de abordarmos algumas características da estratégia “Antiacesso”, faz-se mister situar sua aplicabilidade: em que nível um Estado poderá empregar seu poder

nacional<sup>13</sup> para por em prática essa estratégia? Para tal, utilizaremos, como referência, a taxonomia das estratégias do General francês Lucien Poirier (1918-2013).

A taxonomia das estratégias foi apresentada pelo General Poirier em seu livro *Stratégie théorique II*, em 1982. Trata-se da formulação de uma estrutura político-estratégica que permite identificar os diversos níveis pelos quais um projeto político é implementado. No topo da hierarquia, identifica-se a entidade política, definida como o Estado, que possui um número de objetivos políticos (POIRIER, 1987).

Esses objetivos refletem a ideia quanto à forma de mudar uma determinada situação política (por meio de um projeto ofensivo) ou quanto à maneira de preservar seu *status quo* (por meio de um projeto defensivo). Ou seja, um projeto político representa aquilo que um governo deseja alcançar por intermédio da adoção de uma estratégia integral, que introduzirá ação dentro da política, representando-a em atos, sendo válida em tempo de paz e de guerra (POIRIER, 1987).

Na escala inferior da estratégia integral, encontram-se três estratégias gerais: a militar, a econômica e a cultural, que inclui a diplomática. A estratégia militar possui duas componentes: uma estratégia operacional e uma estratégia de meios. A primeira divide-se em estratégia de emprego real, visando reduzir ou eliminar a liberdade de ação e a capacidade de reação adversária; e a estratégia de emprego virtual, onde a vontade do adversário é o alvo. Já a estratégia de meios é voltada à aquisição e ao preparo dos mesmos. (POIRIER, 1987).

Em que nível, então, podemos enquadrar a estratégia “Anti acesso”?

Tangredi (2013) assume que a estratégia “Anti acesso” possui elementos que a caracterizam como uma estratégia integral. Ela é adotada visando preservar a liberdade de ação de um Estado para alcançar os objetivos estabelecidos por seu projeto político. A

<sup>13</sup> Define-se Poder Nacional como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2015, p. 212).

intenção estatal é a de preservar um *status quo* alcançado por meio de um projeto ofensivo. Todavia, quando esse *status quo* obtido apresenta-se ameaçado por um poder estrategicamente superior, e a crise instalada tiver o potencial de atingir um conflito armado, uma estratégia “Anti acesso” poderá ser adotada.

Como estratégia integral, notamos que a “Anti acesso” dependerá da articulação de outras estratégias, como a militar e a econômica. Aqui, destacamos também a diplomática.

Ao identificarmos então seu nível de atuação, analisaremos na sequência algumas características da estratégia “Anti acesso”.

### **4.3 Principais características da estratégia “Anti acesso”**

Após termos entendido o nível de atuação e o propósito de uma estratégia “Anti acesso”, cabe-nos o seguinte questionamento: como ela pode ser implementada de forma eficaz? Examinaremos a partir de então, uma relação de atributos que devem ser observados permitindo-nos elaborar algumas considerações parciais.

Tangredi (2013), utilizando o método histórico, por meio da análise de estudos de caso, apresenta-nos cinco elementos fundamentais e alguns fatores suplementares que se mostram comuns à qualquer estratégia “Anti acesso”.

Os elementos fundamentais podem ser resumidos da seguinte forma: a percepção da superioridade estratégica da força atacante; a primazia da geografia, que poderá facilitar a atribuição com a força adversária; a predominância do domínio marítimo no espaço do conflito; a criticidade da informação e da inteligência, visando iludir operacionalmente o inimigo; e o impacto determinante de eventos extrínsecos, conduzidos em regiões externas à área onde se pretende negar o acesso.

Quanto aos fatores suplementares, destacam-se a condução de ações

preemptivas<sup>14</sup>; operações de bloqueio; operações de reconhecimento; surtidas de meios de superfície, contando com o uso de inovações tecnológicas, táticas e organizacionais; e o estabelecimento da superioridade aérea local.

Retornando aos elementos fundamentais, a superioridade estratégica da força atacante mostra-se como fator motivador para que o Estado defensor empregue recursos para negar, à força superior, o acesso a uma região. Se uma força atacante puder ser derrotada em um combate convencional, dentro da região em disputa, prevenir a entrada da força atacante na região poderia ser considerado um preciosismo, e não uma necessidade, na qual a campanha defensiva seria construída. Por meio da utilização de estratagemas e inovações táticas decorrentes do uso de tecnologias atuais, a força estrategicamente inferior procura neutralizar as vantagens de seu opositor (TANGREDI, 2013).

No que se refere à primazia da geografia, a mesma pode ser utilizada para negar operações em uma área contestada. Características específicas do litoral, baías, profundidades, presença de ilhas e características climáticas específicas representam descontinuidades geográficas que corroboram eventuais defesas. O planejador de uma estratégia “Antiacesso” otimizará sua defesa, utilizando, a seu favor, as características permanentes da geografia (TANGREDI, 2013).

Quanto à predominância do domínio marítimo, podemos entendê-la pelo seguinte aspecto: uma estratégia “Antiacesso” tem por objetivo principal evitar o acesso de uma força superior a uma região. Como a superfície terrestre é composta predominantemente por oceanos, depreendemos que uma operação militar que se prolongue de uma região para outra no planeta apresentará, como opção, o deslocamento da força atacante por áreas marítimas. Assim, ao buscar limitar a liberdade de ação desta força naval, evitando sua projeção sobre

---

<sup>14</sup> Uma ação preemptiva origina-se do conceito de guerra preemptiva. Tal conceito refere-se à possibilidade de um ataque iminente, visando reduzir o potencial bélico do inimigo, de quem é retirado o elemento surpresa, baseando-se largamente em sistemas sofisticados de informação e alerta prévio, subordinando-se, portanto, a um amplo sistema de inteligência (SILVA *et al.*, 2004, p. 9).

uma área de interesse, haverá, provavelmente, por parte da força estrategicamente inferior, a implicação de conduzir um controle em uma área marítima, direcionando sua atenção para esse ambiente da guerra (TANGREDI, 2013).

Continuando, a criticidade da informação e da inteligência apresenta-se como algo fundamental para uma estratégia “Antiaccess”. Esses fatores são críticos em qualquer conflito, porém, aqui, eles mostram-se mais intensos pela necessidade de delinear a defesa a ser desenvolvida, buscando prevenir a entrada da força estrategicamente superior na região de interesse do Estado defensor. A força defensiva negará informação ao inimigo, procurando ludibriá-lo. Iludir, a nível operacional, o inimigo estrategicamente superior poderá ser considerado um contrapeso recompensador de poder (TANGREDI, 2013).

Como último elemento fundamental, surge o impacto de eventos extrínsecos na estratégia “Antiaccess”. Tal questão representa a ocorrência em outra região, de eventos não relacionados com o conflito em si, mas que exercem alguma influência nas forças oponentes. Leva-se em consideração que a força estrategicamente superior tornar-se-á mais exposta a esses eventos extrínsecos, já que sua atuação no cenário internacional é, normalmente, maior do que a do Estado defensor. Este articulará outras estratégias, como a diplomática ou a econômica, tentando estimular tais eventos, objetivando desgastar a vontade da força adversária em cumprir seus objetivos (TANGREDI, 2013).

Ao analisar os cinco elementos fundamentais para que a escolha pela adoção de uma estratégia “Antiaccess” seja ratificada, notamos que eles representam aspectos a serem observados com o propósito de balizar as operações que deverão ser executadas, contribuindo para o atingimento dos propósitos que concorram à estratégia “Antiaccess”. Ilustraremos algumas dessas operações que poderão ser conduzidas, apresentando certos fatores suplementares aos mencionados elementos fundamentais.

Conforme mencionado, Tangredi (2013) apresenta alguns fatores suplementares

que, embora não esgotem o assunto, bem resumem a orientação das ações em nível operacional, em uma estratégia “Antiaccess”. Objetivando melhor apresentá-las, utilizaremos uma ordem cronológica de sua execução.

Inicialmente, destacam-se as ações preemptivas a serem conduzidas, como operações de ataque contra bases regionais ou pontos de apoio do partido mais forte localizados próximos à área onde se pretende negar o acesso, restringindo a permanência<sup>15</sup> de um Poder Naval<sup>16</sup> no domínio marítimo. Tais operações de ataque poderão ser dirigidas aos portos do Estado que pretende projetar forças, demandando a existência de pontos de apoio à força defensora afastados da área onde se pretende negar o acesso, utilizando-os em proveito de uma defesa em profundidade. A fim de estabelecer tais pontos de apoio, poderão ser conduzidas operações anfíbias em uma região de interesse por parte do partido defensor.

Na sequência às ações preemptivas, operações de bloqueio<sup>17</sup>, a serem executadas pela força defensora, serão implementadas com o propósito de não permitir o acesso da força atacante à área de interesse, evitando proporcionar condições que permitam transpor sua influência sobre áreas terrestres de interesse do partido defensor. Essas operações de bloqueio poderão contar, ainda, com operações de minagem<sup>18</sup> defensiva e ataques por submarinos posicionados nos limites geográficos do bloqueio.

A condução de operações de esclarecimento<sup>19</sup>, contando com o uso de aviação de patrulha, a partir de bases em terra ou pontos de apoio no litoral, apoiada por recursos

<sup>15</sup> A permanência indica a capacidade de o Poder Naval operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões (BRASIL, 2014, p. 20).

<sup>16</sup> O Poder Naval é componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais. O poder naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (BRASIL, 2014, p. 19).

<sup>17</sup> O bloqueio significa o exercício de elevado grau de controle sobre determinada área, com o efeito desejado de impedimento do trânsito ou o movimento de navios (BRASIL, 2014, p. 46).

<sup>18</sup> A operação de minagem consiste no lançamento criterioso de minas em áreas selecionadas, para destruir navios ou meios terrestres inimigos, ou, pela ameaça que representa, para conter, limitar ou retardar o seu trânsito (BRASIL, 2014, p. 44).

<sup>19</sup> Operação de esclarecimento consiste na obtenção de informações necessárias para orientar o planejamento e o emprego de forças (BRASIL, 2015, p. 192).

satelitais, representam algo fundamental em uma estratégia “Antiacesso”, a fim de obter informações sobre o posicionamento das forças adversárias, devendo ocorrer de forma paralela às demais operações.

Surtidas de meios de superfície possuidores de sistemas de direção tiro, cuja arquitetura poderá contar com lançadores de mísseis antissuperfície e antiaéreo baseados em terra ou em pontos de apoio no litoral, fazendo-se valer das características geográficas da área de interesse a ser preservada do acesso inimigo, serão realizadas em uma fase posterior das ações. O posicionamento de barreiras de submarinos por fora da área de interesse também representa algo a ser observado, explorando ao máximo o emprego de inovações tecnológicas e táticas.

Por fim, o estabelecimento de uma superioridade aérea local na região, contando, adicionalmente, com o apoio de aeronaves baseadas em terra e o uso de baterias de mísseis antiaéreos fixados em pontos de apoio como ilhas, por exemplo, explorando igualmente as características geográficas da área em questão, sintetizam os fatores suplementares mencionados por Tangredi (2013), relacionados às ações a nível operacional.

Ao adotar, então, uma estratégia “Contra Antiacesso”, o partido estrategicamente superior deverá desenvolver e empregar sofisticadas capacidades, ofensivas e defensivas, explorando adicionalmente os domínios espacial e cibernético. Além disso, precisará contar com efetivos sistemas de vigilância, inteligência e reconhecimento, que permitam, antecipadamente, identificar e neutralizar os recursos adversários que neguem ou limitem a liberdade de navegação na área onde se pretende obter o acesso (SPELLER, 2014).

Conjugamos, enfim, o objetivo da estratégia “Antiacesso” com os elementos ditos fundamentais para a sua adoção, corroborada pelas operações nela implementadas. Assim, interpretamos que uma estratégia “Antiacesso” depende de uma intensa sinergia e coordenação, não somente entre os domínios envolvidos a nível operacional, destacando-se o

marítimo, o aéreo, o terrestre, o cibernético e o espacial, mas também entre aqueles que representam as estratégias gerais, segundo Poirier, como a diplomática ou a econômica. A partir de então, deduziremos algumas considerações parciais.

#### **4.4 Considerações parciais**

Diante das permanentes transformações do pensamento estratégico de um Estado, observamos que algumas lições valiosas, decorrentes da análise de recentes conflitos armados, foram aprendidas. Especificamente após a Primeira Guerra do Golfo, análises envolvendo a Revolução em Assuntos Militares, conduzidos por centros de estudos estratégicos estadunidenses, incentivaram o debate sobre a adoção da estratégia “Antiaccess”.

Possuindo como definição, capacidades desenvolvidas para prevenir a entrada ou o acesso de uma força estrategicamente superior em uma área de interesse, limitando sua capacidade de ação, percebemos que a estratégia “Antiaccess” representa uma estratégia integral, ao articular diferentes níveis do pensamento estratégico para sua implementação.

Cinco elementos fundamentais e alguns fatores suplementares deverão ser observados para que a adoção de uma estratégia “Antiaccess” possa ser eficaz. São eles: a disputa entre um poder estrategicamente superior e um inferior; o protagonismo da geografia, possuindo, a área de interesse onde se quer negar o acesso, características geográficas específicas a serem exploradas; a predominância do domínio marítimo, transformando esse ambiente em um importante teatro de operações; a criticidade da informação e da inteligência, ainda mais necessárias nas ações depreendidas para o delineamento da defesa a ser planejada; e, por fim, o impacto de eventos extrínsecos à dialética das estratégias “Antiaccess” e “Contra Antiaccess”, com o propósito de desgastar a vontade da força adversária de cumprir seus objetivos, a partir da conquista do acesso a uma região.

No que se refere aos fatores suplementares, a nível operacional, vimos que a condução de ações preemptivas, das operações de bloqueio e de reconhecimento, de surtidas das unidades de superfície e o estabelecimento da superioridade aérea local, embora não compreendam todo o universo das operações a serem executadas, direcionam a condução das ações.

O conjunto das ações a serem implementadas, observando os elementos fundamentais e fatores suplementares que corroboram a eficácia da estratégia “Antiaccess”, não se limitam aos anteriormente mencionados. Ressalta-se, todavia, que essas ações, em sua totalidade, devem ocorrer por meio de uma intensa sinergia entre diversos domínios de atuação, incluídos o nível operacional e aquele representado pelo emprego da estratégia geral, como a postura diplomática e a econômica de um Estado.

Todo esse conjunto de ações, se coordenado de forma eficiente, garantirá que forças superiores não consigam obter acesso a uma área de interesse, evitando que a partir dela, seja estabelecido um combate regular que tenha o objetivo de projetar forças sobre a terra, após a conquista do controle do mar na mencionada região.

Diante então da investigação acerca da definição, propósito e características mencionados a respeito da estratégia “Antiaccess”, retomamos a questão de pesquisa deste estudo: podemos afirmar que há pontos da estratégia “Antiaccess” que possam ser correlacionados com fragmentos do pensamento estratégico “Castexiano”? Pretenderemos então, conectar os conhecimentos interpretados dos capítulos anteriores, a fim de permitir encontrar eventuais pontos de aderência, baseando-nos na validade da hipótese apresentada.

## **5 PONTOS DE ADERÊNCIA DA ESTRATÉGIA “ANTIACESSO” AO PENSAMENTO ESTRATÉGICO “CASTEXIANO”**

Nesta seção, investigaremos alguns pontos de aderência da estratégia “Antiacecesso”, cujas características foram apresentadas, com o pensamento estratégico de Castex. Tal abordagem será balizada, uma vez mais, pela taxonomia das estratégias de Poirier, por entender que tais pontos de aderência surgem em níveis distintos da reflexão estratégica. Assim, serão apresentados aquele localizado no nível da estratégia integral e os localizados no nível da estratégia operacional, estabelecendo por fim, algumas considerações parciais.

### **5.1 Ponto de aderência no nível do pensamento estratégico integral**

A taxonomia das estratégias define a estratégia integral como sendo a ferramenta utilizada para que um governo possa executar um projeto político, introduzindo ação dentro da política. Essa estratégia integral encontra correspondência com a definição de Castex acerca da estratégia geral.

Conforme explicado no capítulo três, Tangredi (2013) classifica a estratégia “Antiacecesso” como uma estratégia integral, sob a ótica de Poirier, pois a mesma é adotada para garantir a liberdade de ação de um Estado, visando alcançar objetivos políticos.

Podemos, então, desenhar a estratégia “Antiacecesso” como uma estratégia geral, sob a ótica “Castexiana”. Para que uma estratégia geral possa ser colocada em prática, faz-se necessário articular estratégias particulares, conforme o Almirante francês.

Tais estratégias particulares como a marítima, a diplomática e a econômica são coordenadas por meio das “dependências” que surgem, segundo Castex. Ele nos mostrou que a estratégia marítima mostra-se por demais envolvida com as mencionadas “dependências”,

pelo fato de estar relacionada com a sobrevivência econômica de um Estado (WEDIN, 2015).

Tangredi (2013) apresentou, como alguns dos elementos fundamentais para a escolha por uma estratégia “Antiacesso”, o domínio do ambiente marítimo e o estímulo a eventos extrínsecos, que venham a impactar na vontade do partido adversário em cumprir seus objetivos.

O domínio do ambiente marítimo exige, por motivos óbvios, o emprego de estratégias marítimas. Já os eventos extrínsecos poderão ocorrer por meio de uma articulação envolvendo as estratégias diplomática e econômica, direcionadas a atores do Sistema Internacional<sup>20</sup> localizados fora da área em disputa.

Desta forma, notamos que uma estratégia “Antiacesso” desenvolve-se por meio de articulações e forte sinergia entre os domínios marítimos, diplomáticos e econômicos, proporcionando, fora da região em disputa, ocorrências que atraiam a atenção do adversário, tornando inaceitável sua persistência em buscar o acesso em tal região.

Tal fato encontra aderência ao pensamento estratégico “Castexiano”, mais especificadamente no conceito das “dependências” das estratégias, diante da compulsória relação estabelecida entre as congêneres marítima, diplomática e econômica para que o elemento fundamental do impacto de eventos extrínsecos possa minar a vontade adversária em sustentar o esforço para a obtenção do acesso à área em disputa.

Ao formularmos então a mencionada interseção à nível integral do pensamento estratégico, procuraremos distinguir demais pontos de aderência localizados em outro nível: naquele representado pela estratégia operacional, referenciando-nos pelo marco teórico da bipolaridade.

---

<sup>20</sup> O sistema internacional é o espaço no qual ocorrem as relações internacionais, representando, estas, as relações sociais que atravessam fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades (PECEQUILO, 2012, p. 19).

## 5.2 Pontos de aderência no nível do pensamento estratégico operacional

Após a apresentação do ponto de aderência da estratégia “Antiaccess” ao pensamento de Castex, no nível da estratégia integral, debruçemo-nos a um nível abaixo, apresentado por Poirier: o operacional. Como abordado no capítulo quatro, a estratégia operacional incluirá a estratégia naval com o objetivo de reduzir ou eliminar a liberdade de ação e a capacidade de reação adversária.

Antes de utilizarmos o marco teórico da bipolaridade na busca por demais pontos de aderência, analisemos inicialmente, dois pontos do pensamento “Castexiano” que nortearão nosso raciocínio, confrontando-os com alguns aspectos da estratégia “Antiaccess”. O primeiro refere-se às críticas que Castex elaborou por ocasião de seu rompimento com alguns dogmas “Mahanianos”: o fato de que não se mostra sempre, como necessário, provocar a batalha e que a missão da Força Organizada não se resume unicamente nessa batalha (COUTAU-BÉGARIE, 2010). O segundo ponto nos remete a um dos pilares dos modos de atuação que Castex elaborou para atender ao controle das comunicações no mar: a condução de ações, a partir do mar, capazes de influenciar os acontecimentos em terra, decidindo os destinos do conflito (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

No que tange à estratégia “Antiaccess”, Tangredi (2013) nos apresentou que seu propósito reside basicamente em garantir a exclusão do acesso de uma força adversária em uma área contestada, até que o tempo de permanência e o desgaste causem uma ruptura na determinação dessa força em obter o referido acesso. Sublinhamos que a obtenção desse acesso representa algo fundamental para que, a partir dele, a força possa projetar poder sobre terra, transpondo assim sua influência em uma área de interesse.

Assim, buscando combinar os dois pontos do pensamento “Castexiano” mencionados, com o propósito da estratégia “Antiaccess”, podemos interpretar que, ao

enunciar suas críticas, Castex alerta que os objetivos de uma campanha a nível operacional podem ser atendidos sem que a luta clássica entre as Forças Organizadas tenha ocorrido. Ele advoga que há formas de empregar a Força Organizada, em contribuição a outras missões que não a batalha, dentro de um quadro geral do conflito. Já o propósito da estratégia “Antiaceeso”, permite-nos concluir que o objetivo da força que a adota não reside em alcançar uma vitória em uma batalha regular, mas sim em evitar tal confronto direto na área em questão, por meio da dificuldade da força adversária em acessá-la.

Podemos, então, identificar o segundo ponto de aderência da estratégia “Anti-Acesso” no pensamento de Castex: o esforço da utilização da capacidade da força para um fim diferente do confronto clássico da batalha, visando evitar a projeção de poder sobre terra.

Passemos para o próximo ponto: a influência das características geográficas do teatro de operações para Castex. Tais características poderão ser decisivas ao partido que se encontrar na defensiva, buscando proteger o tráfego de suas LCM e seu litoral de uma eventual projeção de forças. Podemos, dentre algumas dessas características, citar a presença de ilhas próximas ao litoral, representando potenciais pontos de apoio, além da exploração do “dispositivo oceânico”, ou seja, a partir de ilhas mais afastadas, projetar forças, a fim de proporcionar uma defesa em profundidade (COUTAU-BÉGARIE, 1988).

A implementação de uma estratégia “Antiaceeso” exige como elemento fundamental que a área de interesse, onde se intenciona negar o acesso, possua determinadas características geográficas a serem exploradas, como: especificidades de litoral, baías, profundidades, presença de ilhas e características climáticas que corroboram a mencionada negação de acesso (TANGREDI, 2013).

Desta forma, combinando a apreciação “Castexiana” acerca da geografia com o referido elemento fundamental da geografia na estratégia “Antiaceeso”, podemos exemplificar que a utilização de ilhas, sejam elas afastadas (“dispositivo oceânico”) ou próximas do litoral,

e sua correspondente capacidade de apoiar forças, podem materializar o esforço em manter, distante de uma área, os meios navais componentes do partido adversário.

Validamos assim, o terceiro “ponto de interseção” entre os conceitos da estratégia “Antiacesso” e o pensamento elaborado por Castex: a primazia da geografia.

A partir de então, passaremos a identificar, diante da leitura da Teoria da Bipolaridade, demais pontos de união entre a estratégia “Antiacesso” e o pensamento estratégico “Castexiano”.

A mencionada teoria propõe a divisão dos modos de ação da guerra naval em termos da busca do controle do mar, pelas próprias forças, ou da negação do uso do mar às forças adversárias. O controle do mar compreende, dentre outras formas de utilização da força naval, o bloqueio (da Força Organizada adversária ou comercial), e a proteção direta ao tráfego das LCM, por meio de ataques às bases dos corsários (FIG. 1) (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Tangredi (2013) apresentou como alguns dos fatores suplementares a serem observados em uma estratégia “Antiacesso”, a realização de operações de bloqueio. Ademais, ele inclui a condução de ataques preemptivos às Forças Organizadas oponentes.

A operação de bloqueio, conduzida no ambiente onde intenciona-se negar o acesso, possui objetivo semelhante àquele apresentado por Castex: evitar que a Força Organizada tenha liberdade de navegação. Para Castex, cercear essa liberdade de navegação era algo decorrente de um bloqueio militar, por não permitir que a esquadra se fizesse ao mar.

No contexto de uma estratégia “Antiacesso”, a imposição de um bloqueio possui o mesmo propósito “Castexiano”, porém, de uma forma diferente: ao invés de não permitir que meios navais se façam ao mar, o bloqueio não concede a liberdade para que forças adversárias tenham acesso à área de interesse, por meio da utilização conjunta de meios de superfície, submarinos e minas navais. Faz-se necessário aqui, sublinhar que tal operação de bloqueio

encontra-se vinculada aos esforços referentes à postura *Anti-Access*, já que a postura voltada à *Area Denial*, no nível tático, considera que tal bloqueio foi ineficaz, sendo essencial a implementação de ações voltadas ao aumento de risco de permanência da força adversária na área de interesse.

Quanto aos conceitos “Castexianos” de ataque às bases dos corsários, encontramos um paralelo com a adoção de ataques preemptivos da estratégia “Anti-Acesso”: ambos intencionam explorar o princípio de guerra da surpresa<sup>21</sup>, com o propósito de neutralizar ou destruir uma estrutura de apoio já existente para evitar que as forças oponentes possam, a partir dessas bases ou pontos de apoios, projetarem-se.

No que tange à negação do uso do mar, sublinhamos as chamadas ofensivas de pequeno vulto, enunciadas por Castex (FIG. 2). Com o propósito de desgastar as forças navais adversárias mais fortes, estas ações executadas pelo partido mais fraco não obterão resultados decisivos. Porém, se implementadas contra elementos dispersos do oponente, podem obrigá-lo a dividir suas forças, proporcionando uma ocasião que gere perdas susceptíveis, criando um equilíbrio ou, ao menos, reduzindo a desproporção de forças (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Já no que se refere à estratégia “Antiacesso”, as surtidas de meios de superfície poderão ser conduzidas com o propósito de dividir as atenções da força adversária de poder superior, já que contará com meios navais cujos sistemas de direção de tiro contêm arquiteturas incluindo lançadores de mísseis em pontos de apoio, situados no litoral ou em ilhas (WEDIN, 2015).

Assim, um navio, ao se projetar em uma operação de ataque, possuirá condições de desviar a vigilância imposta sobre ele por meio do disparo de um míssil controlado por sua direção de tiro, cujo lançador se encontra a centenas de milhas de distância, impondo à força

<sup>21</sup> O princípio de guerra da surpresa consiste em golpear o inimigo onde, quando ou de forma tal que ele não esteja preparado. O Comandante que obtém o efeito surpresa poderá alterar a seu favor, de forma decisiva, a correlação das forças em combate (BRASIL, 2007, p. 38).

naval adversária a divisão de sua atenção, já que a mesma terá que neutralizar ou destruir a plataforma lançadora.

Notamos assim, mais uma semelhança da estratégia “Antiacesso” aos conceitos “Castexianos”: o propósito das ofensivas de pequeno vulto assemelha-se àquele atingido pelas surtidas dos meios de superfície, no contexto da mencionada estratégia, qual seja: dividir a atenção das forças adversárias, intencionando tornar proporcional um eventual confronto, por meio do não atendimento ao princípio de guerra da concentração<sup>22</sup>.

Assim, ao diferenciarmos a perspectiva de observação dos pontos de aderência da estratégia “Antiacesso” ao pensamento estratégico “Castexiano”, no nível operacional, agrupamos cinco pontos de adesão. O primeiro refere-se ao emprego da força com fins diferentes daquele do confronto clássico. O segundo, no que tange à primazia da geografia para ambos. Quanto ao terceiro, a condução de operações de bloqueio, limitando a liberdade de navegação das forças no domínio marítimo. O quarto, especificamos o propósito de destruir ou neutralizar eventuais estruturas de apoio já existentes, a partir das quais forças oponentes possam se projetar. Finalmente listamos o quinto e último tópico, relacionado aos esforços para dividir a atenção da força oponente, criando condições para um eventual confronto, caso os esforços em impedir o acesso à região de interesse falhem.

Ao identificar esses cinco pontos de interseção, vamos então, adicioná-los àquele encontrado à nível da estratégia integral, estabelecendo algumas considerações parciais.

### **5.3 Considerações parciais**

Por meio do desenho elaborado pelo General Poirier acerca dos níveis do

<sup>22</sup> O princípio da concentração prescreve reunir o máximo de forças em um ponto escolhido de maneira a dispor de uma massa de manobra ou de choque que permitirá achar-se o mais forte no bom lugar e no bom momento (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 236).

pensamento estratégico, buscamos neste capítulo, correlacionar alguns pontos de aderência da estratégia “Antiaccess” às ideias formuladas por Castex, decorrente de seus estudos estratégicos.

No nível de emprego da estratégia integral de Poirier, validamos um ponto de aderência que une Castex a um dos elementos fundamentais observados na adoção de uma estratégia “Antiaccess”: a articulação de demais estratégias, por meio das “dependências” existentes entre elas, que se adequadamente organizadas, otimizarão os esforços de um Estado, em proveito dos seus objetivos políticos. Aqui faz-se importante iluminar que Castex defendeu, como poucos em sua época, o conceito de que a estratégia marítima contribuirá mais eficazmente ao atendimento dos objetivos do nível político, caso seus representantes soubessem coordená-la com demandas apresentadas pelas estratégias diplomática ou econômica, por exemplo.

Inseridos na leitura da estratégia a nível operacional de Poirier, conjugamos outros pontos de interseção entre a estratégia “Antiaccess” e Castex. Primeiramente, nota-se a utilização das forças com uma finalidade que não o confronto clássico, ou seja, empregá-las de uma maneira que melhor permitirá a conquista de seus objetivos, não somente priorizando o atendimento a outros compromissos que não a batalha, mas também, em alguns momentos, não a provocando. Tal postura, conforme mencionado, encontra na estratégia “Antiaccess” razão de ser, diante da implementação de esforços em manter as forças adversárias afastadas de uma área de interesse, evitando o confronto clássico.

Na sequência, surge o primado da geografia, não somente nas observações “Castexianas”, mas também em uma estratégia “Antiaccess”. Ao pontuar que a geografia poderá beneficiar defensivamente um Estado militarmente mais fraco, por meio da exploração das características de seu litoral, Castex ressalta a importância da posse de pontos de apoio (explorando, inclusive o conceito de “defesa em profundidade”) que poderão ser utilizados em

proveito da força. Interpretamos a importância desses potenciais pontos de apoio, disponibilizados pela geografia, à condução de uma estratégia “Antiaccess”, diante das possibilidades que eles oferecem, não somente para atender as demandas logísticas de meios navais, mas também para a fixação de lançadores de mísseis e radares, dentre outros usos.

A implementação do bloqueio surge como mais uma semelhança entre o “Antiaccess” e Castex. Por meio dele, será atingido o propósito de cercear a liberdade de navegação das forças adversárias.

Como quinto ponto de aderência, podemos enunciar os esforços dispensados para neutralizar ou destruir eventuais estruturas de apoio às forças adversárias, de onde elas tenham capacidade de se projetar. Castex idealizou tal conceito, à sua época, preocupado com a proteção do tráfego nas LCM. Ou seja, com a realização de ataques às bases dos corsários, eles não teriam como se fazer ao mar de forma adequada. A estratégia “Antiaccess” contempla a realização de ataques preemptivos, mantendo forças adversárias, cujas bases estejam mais próximas da área onde se pretende negar o acesso, afastadas.

Por fim, encontramos mais um ponto em que ocorre a adesão entre o “Antiaccess” e Castex: a realização de operações com o objetivo de dividir as forças adversárias, desgastando sua capacidade de explorar o princípio da concentração.

Assim, ao encerrar essa seção, encontramos seis pontos de aderência da estratégia “Antiaccess” ao pensamento estratégico “Castexiano”. Todavia, poderá haver demais pontos existentes em outros níveis dos estudos estratégicos apresentados por Poirier que, devido a limitação de espaço imposta ao trabalho, não foram abordados. Tais pontos poderão ser estudados e analisados posteriormente.

Na seção seguinte, então, estabeleceremos algumas conclusões, a fim de permitir registrar a validade da hipótese desse estudo, à luz de seu propósito.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos identificar pontos de aderência da estratégia “Antiacesso”, evidenciada a partir da década de 1990 por alguns centros de estudo estadunidenses, ao pensamento estratégico formulado pelo Almirante francês Raoul Castex. Tal esforço permitiu enumerarmos alguns conceitos de Castex, empregando-os como base à análise de uma estratégia contemporânea, a fim de evidenciarmos então, a validade do pensamento estratégico clássico na elaboração de estratégias nos dias atuais.

Diante da relevância em fazer uma releitura dos clássicos, preparando-nos para bem compreender escolhas estratégicas adotadas no presente, com o propósito de incrementar a capacitação necessária para elaborar, eficazmente, estratégias que contribuirão para atingir aspirações no futuro, desenvolvemos este trabalho em seis seções.

Propusemo-nos, após uma introdução, a estudar as características do pensamento estratégico de Castex, contextualizando sua vida, como contribuiu ao desenvolvimento da estratégia teórica e sua análise acerca da estratégia geral. Tal debate permitiu que, ao escolhermos Castex como referência de pensador clássico, pudéssemos aproveitar algumas de suas críticas, no que diz respeito inicialmente, às missões da Força Organizada não se resumirem à busca pela batalha, além do conceito das “dependências” entre as estratégias particulares, incluindo a marítima, a econômica e a diplomática, dentre outras.

As mencionadas “dependências”, embora mostrem-se estranhas ao campo de ação costumeiro de uma estratégia, descortinam a possibilidade de potencializar o resultado das ações conduzidas no ambiente marítimo.

Na sequência, ao examinarmos as características do pensamento estratégico naval “Castexiano”, acerca de seu propósito, objetivos e modos de ação para obtê-los, identificamos a importância das características geográficas de um litoral, permitindo explorar pontos de

apoio baseados em uma rede insular, em proveito do ataque e da defesa do tráfego nas LCM. Adicionalmente, o “tríptico de Castex” traduziu os modos de ação a serem implementados na estratégia naval, destacando-se a implementação de ofensivas de pequeno vulto, os bloqueios e os ataques às bases dos corsários.

Ao reconhecer que a guerra das comunicações passou a coexistir com a guerra entre Forças Organizadas, Castex apresenta-nos os pressupostos da Teoria da Bipolaridade, dividindo os modos de ação da guerra naval entre o controle do mar e a negação de seu uso. Tal repartição permitiu melhor interpretarmos a complexidade da guerra naval.

Interpretando a definição, o propósito e as características que singularizam a estratégia “Antiaccess”, exemplificamo-la por meio da ação de um Estado em desenvolver capacidades para prevenir o acesso de forças superiores em uma área de interesse. Tal postura estratégica objetiva evitar que um confronto regular ocorra, demandando intensa sinergia com seus domínios de atuação.

Para que a estratégia “Antiaccess” possa ser implementada eficazmente, alguns aspectos devem ser observados a nível integral, como a percepção de uma capacidade superior referente ao poder adversário; o protagonismo da geografia; a predominância do domínio marítimo; a criticidade da informação e da inteligência; e a ocorrências de eventos extrínsecos à área de interesse. A nível operacional, destacamos a condução de ações preemptivas; de bloqueios e operações de reconhecimento; das surtidas com meios de superfície; e o estabelecimento da superioridade aérea local, dentre outros.

Integrando o conhecimento acima descrito, surgiram continuidades entre o pensamento estratégico de Castex e a estratégia “Antiaccess”. Tais pontos de aderência despontaram em seis momentos: a nível da estratégia integral, diante da articulação de demais estratégias por meio do conceito de “dependências” existente entre elas; a nível operacional, a utilização das forças com um propósito que não o confronto clássico; o primado da geografia,

podendo beneficiar, defensivamente, um estado mais fraco; a implementação de bloqueios; a neutralização ou destruição das estruturas de apoio pertencentes à força adversária, de forma preemptiva; e a condução de operações com o objetivo de dividir essas forças adversárias.

Evidenciamos assim, características da estratégia “Antiacesso” que se combinam com fragmentos do pensamento estratégico clássico, referenciado por Castex. Tal fato permite-nos não somente ratificar a hipótese elaborada ao início deste estudo, mas também reconhecer que o emprego de novas tecnologias e recursos emergentes, direcionadas à expressão militar de um Poder Nacional, podem potencializar a aplicabilidade do pensamento estratégico clássico nos dias de hoje.

Destacamos, desta forma, que o estudo do mencionado pensamento estratégico clássico contribuiu à compreensão de posturas estratégicas atuais e ao consequente aprimoramento da capacitação necessária à formulação de novas estratégias, apresentando-se como uma prática válida e fundamental.

Faz-se importante, por fim, mencionar que os pontos de aderência aqui investigados não esgotam o assunto.

Nesse sentido, surge como valiosa a oportunidade de análises futuras sobre eventuais interseções existentes em outros níveis dos estudos estratégicos, distinguindo, por exemplo, as especificidades das ações previstas no *Anti-Access* em relação àquelas da *Area Denial*, permitindo compará-las, separadamente, a pensamentos elaborados por outros autores clássicos. Tais estudos vindouros poderão contribuir à concepção de eventuais posturas estratégicas a serem adotadas, visando atingir objetivos políticos que sejam, em parte, dependentes de ações implementadas no domínio marítimo.

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Penser la guerre, Clausewitz. L'age européen*. Paris: Bibliothèque des Sciences Humaines. Gallimard, 1976. 472 p.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. Publicação EMA-305. Doutrina Básica da Marinha – DBM. 2ª Rev. Brasília, D.F., 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Publicação MD51-M-04. Doutrina Militar de Defesa. 2ª ed. Brasília, D.F., 2007.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Publicação MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília, D.F., 2015.
- CASTEX, Raoul. *Théories Stratégiques*. Paris: Institut de Stratégie Comparée et Économica, 1997. Tome I-VII.
- CORBETT, Julian Stafford. *Algunos Principios de Estrategia Marítima*. Buenos Aires: Nueva Edicion, 1986. 334 p.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *El Poder Marítimo. Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1988. 250 p.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p.
- EUA. *Dictionary of Military and Associated Terms (Joint Publication 1-02)*. 2016. Disponível em < [http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp1\\_02.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Joint Operational Access Concept*. 2012. Disponível em: <[http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan\\_2012\\_Signed.pdf](http://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan_2012_Signed.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. *Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge*. 2003. Disponível em: <[http://www.csbaonline.org/4Publications/PubLibrary/R.20030520.Meeting\\_the\\_Anti-A/R.20030520.Meeting\\_the\\_Anti-A.pdf](http://www.csbaonline.org/4Publications/PubLibrary/R.20030520.Meeting_the_Anti-A/R.20030520.Meeting_the_Anti-A.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- MAHAN, Alfred T. *The influence of sea power upon history 1660-1783*. 20ª ed. Boston: Little, Brown and Company, 1949. 648 p.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato: Política Internacional*. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 396 p.
- POIRIER, Lucien. *Strategie Theorique II*. Paris: Economica, 1987. 330 p.
- SILVA, Francisco C. Teixeira da, et al. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 963 p.

SPELLER, Ian. *Understanding naval warfare*. New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2014. 206 p.

TANGREDI, Sam J. *Anti-Access Warfare. Countering A2/AD Strategies*. Annapolis: Naval Institute Press, 2013. 306 p.

THOMPSON, Michael. J. *Military Revolutions and Revolutions in Military Affairs: Accurate Descriptions of Change or Intellectual Construct?* 2011. Disponível em <[http://artsites.uottawa.ca/strata/doc/strata3\\_082-108.pdf](http://artsites.uottawa.ca/strata/doc/strata3_082-108.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

WEDIN, Lars. *Stratégies maritimes au XXI siècle. L'apport de l'amiral Castex*. Paris: Nuvis, 2015. 199 p.

## ANEXO A

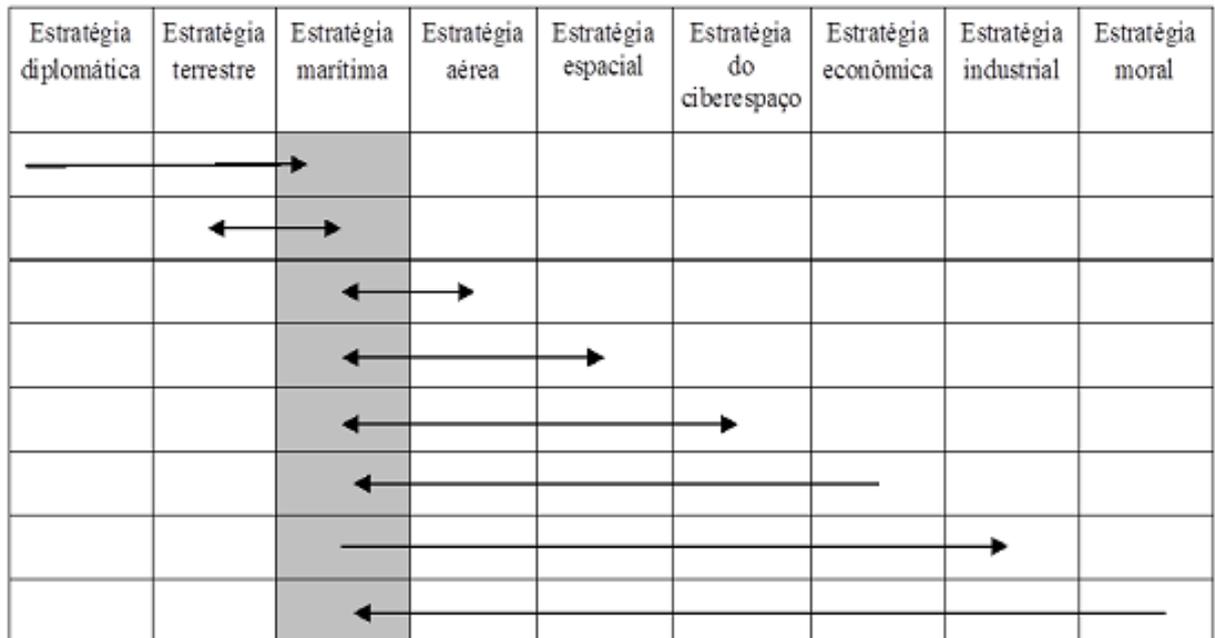


FIGURA 1 - Relações entre as diferentes estratégias e suas “dependências”.

Fonte: WEDIN, 2015, p. 53.

## ANEXO B

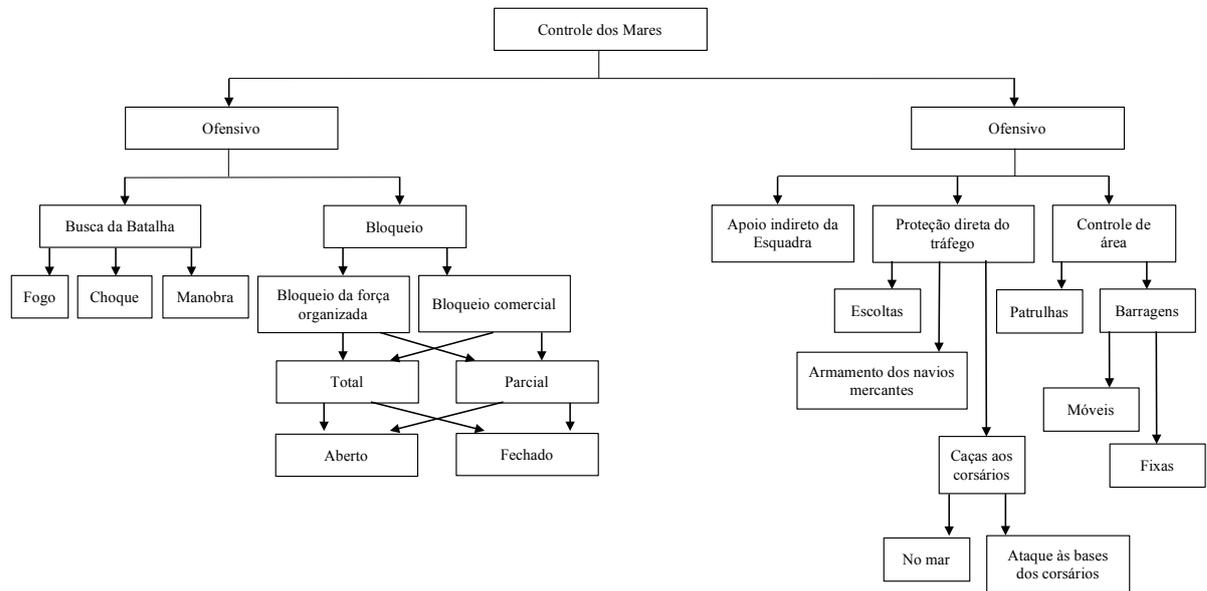


FIGURA 2 - Modos de ação da estratégia naval para alcançar o controle dos mares.  
 Fonte: COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 470.

## ANEXO C

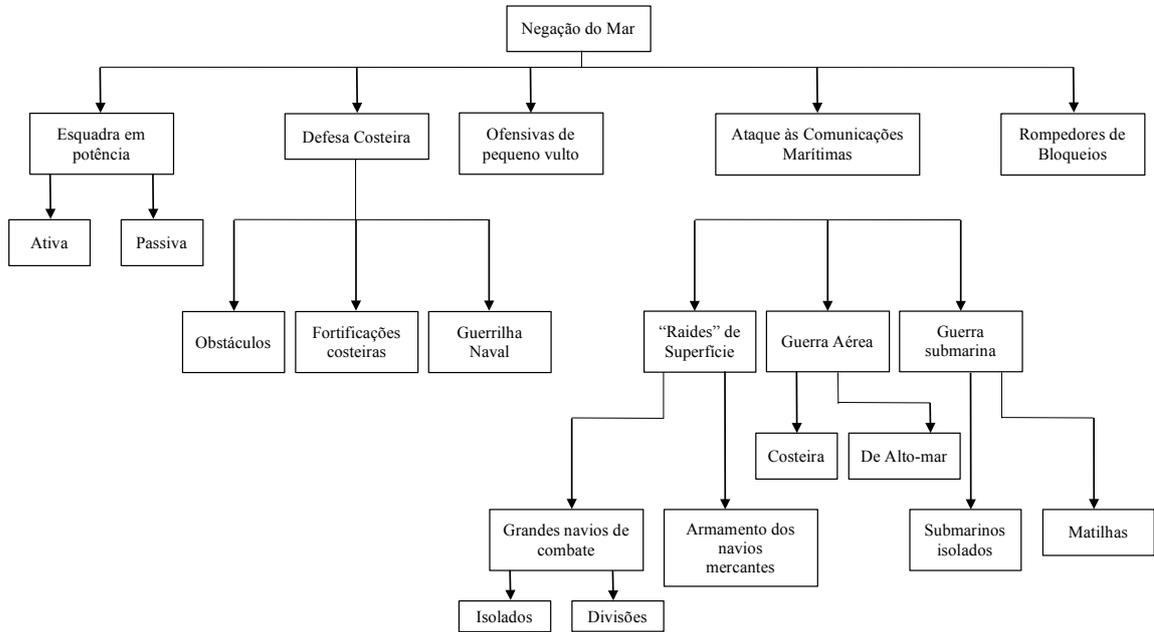


FIGURA 3 - Modos de ação da estratégia naval para impor a negação do uso do mar.  
 Fonte: COUTEAU-BÉGARIE, 2010, p. 471.

## ANEXO D

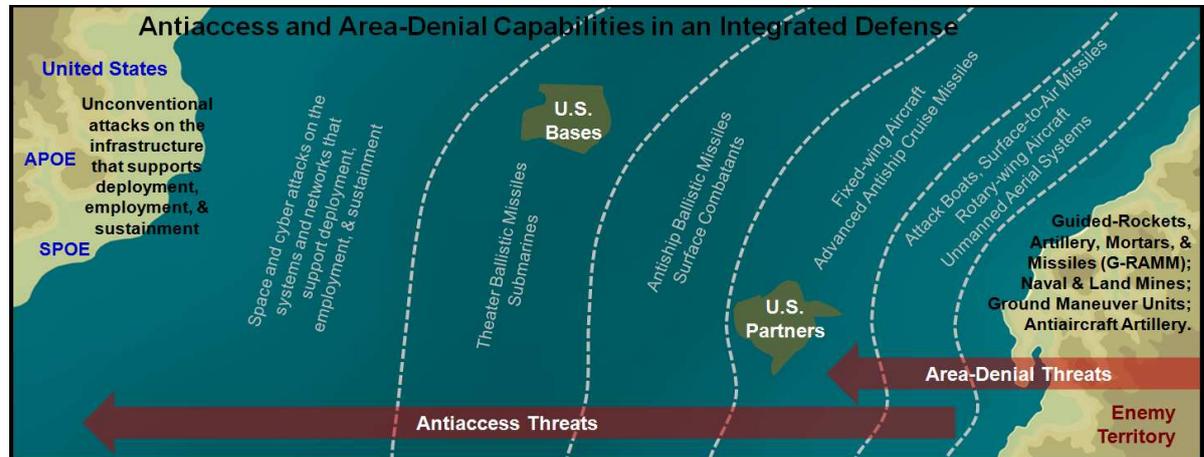


FIGURA 4 – Capacidades “Antiaccess” e de “Negação de Área” integradas. A uma distância maior da área a ser negado o acesso, a capacidade “Antiaccess” compreende os ataques preemptivos aos locais de apoio ao embarque das forças oponentes; ataques cibernéticos e espaciais às redes de apoio ao embarque; disparos de mísseis balísticos e de cruzeiro antinavio, por lançadores situados em pontos de apoio em terra, em navios ou submarinos; disparos de mísseis superfície-ar; e emprego de aeronaves e sistemas de veículos aéreos não-tripulados, baseados em pontos de apoio em terra ou em navios, dentre outras ações. Já mais próximo do litoral, as capacidades de “Negação de Área” compreendem disparos de mísseis de cruzeiro antinavio; o emprego de aeronaves e sistemas de veículos aéreos não-tripulados, baseados em terra; o emprego de embarcações de ataque; disparos de mísseis superfície-ar; e disparos de artilharia, morteiros, foguetes guiados, unidades terrestres de manobra e artilharia antiaérea, dentre outras ações, com o propósito de limitar a liberdade de ação na área de interesse.

Fonte: EUA, 2012, p. 9.